

# Mulheres na conservação: desafios de antes, questões de agora. Como conservar sem elas?

Mujeres en la conservación: desafíos de antes, cuestiones de ahora. ¿Cómo conservar sin ellas?

*Women in Conservation: Challenges of the Past, Questions of the Present. How Can Conservation Succeed Without Them?*

## AUTOR

**Diana de Alencar Meneses\***

diana\_meneses@usal.es

\* Doutoranda em Ciências Sociais da Universidade de Salamanca (USAL, Espanha). Analista ambiental do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio, Brasil).

## RESUMO:

Este artigo, parte de um estudo mais abrangente sobre conflitos socioambientais na Amazônia, recorre a relatos de campo e a uma abordagem qualitativa baseada na observação participante para promover uma reflexão a partir do ecofeminismo decolonial. O estudo analisa a participação e a realidade das mulheres em áreas protegidas e territórios indígenas, evidenciando as violências de gênero e a persistência de desigualdades decorrentes de ações e omissões do Estado. A análise aprofunda a compreensão dessas vulnerabilidades ao incorporar a experiência da autora como mulher em contexto de pesquisa de campo, conferindo maior densidade analítica às discussões. Defende-se que uma política de conservação justa e decolonial pressupõe a garantia de espaços de participação feminina em condições de equidade e segurança. Conclui-se que a perspectiva de gênero permanece central para a conservação ambiental, reforçando a necessidade de ampliar os estudos sobre violência de gênero, direitos indígenas e políticas de conservação na Amazônia.

## RESUMEN:

Este artículo, que forma parte de un estudio más amplio sobre los conflictos socioambientales en la Amazonia, recurre a relatos de campo y a un enfoque cualitativo basado en la observación participante para promover una reflexión desde el ecofeminismo decolonial. El estudio analiza la participación y la realidad de las mujeres en áreas protegidas y territorios indígenas, poniendo de manifiesto las violencias de género y la persistencia de desigualdades derivadas de acciones y omisiones del Estado. El análisis profundiza en la comprensión de estas vulnerabilidades al incorporar la experiencia de la autora como mujer en el contexto del trabajo de campo, lo que aporta mayor densidad analítica a la discusión. Se sostiene que una política de conservación justa y decolonial requiere garantizar espacios de participación femenina en condiciones de equidad y seguridad. Se concluye que la perspectiva de género sigue siendo fundamental para la conservación ambiental, lo que refuerza la necesidad de ampliar los estudios sobre violencia de género, derechos indígenas y políticas de conservación en la Amazonia.

## ABSTRACT:

This article, which is part of a broader study on socio-environmental conflicts in the Amazon, draws on field reports and a qualitative approach based on participant observation to develop a reflection grounded in decolonial ecofeminism. The study examines the participation and lived experiences of women in protected areas and Indigenous territories, highlighting gender-based violence and the persistence of inequalities resulting from State actions and omissions. The analysis deepens the understanding of these

---

vulnerabilities by incorporating the author's experience as a woman conducting field research, thereby adding greater analytical depth to the discussion. The article argues that a just and decolonial approach to conservation requires ensuring women's participation in conditions of equity and safety. It concludes that a gender perspective remains essential to environmental conservation, underscoring the need to expand research on gender-based violence, Indigenous rights, and conservation policies in the Amazon.

## 1. Introdução. Vozes plurais, territórios em conflito e a urgência de uma conservação ecofeminista decolonial

A necessidade de promover vozes diversas sobre conservação nunca foi tão urgente, dada a magnitude da degradação ambiental e as consequências irreversíveis da exploração contínua (Merchant, 2023; Phillips & Rumens, 2015). Segundo Puleo (2019), a defesa e a proteção do meio ambiente são uma necessidade premente, não apenas para o futuro, mas também para os humanos e não humanos de agora. O presente artigo é o resultado de um estudo mais abrangente<sup>1</sup>, que visa compreender como as ações ou omissões do Estado brasileiro, no âmbito da criação de áreas de conservação e de territórios indígenas, resultaram em sobreposições e interfaces que promovem conflitos socioambientais, que Hayama (2022) denomina conflitos em nome da conservação. Essas ações muitas vezes foram pautadas por modelos excludentes de áreas protegidas, elaborados sem considerar ou respeitar outras formas de existência nesses locais (Pinto, 2015).

Nesse sentido, ao longo da investigação, foram sendo construídas diversas percepções. A triangulação metodológica, que integrou o referencial teórico, a coleta de dados e a vivência de campo, possibilitou reflexões profundas sobre a conservação e a participação das mulheres nesses espaços. Tais reflexões relacionam-se às dores de corpos femininos, antigas e atuais, aos quais foram negados direitos e dignidades ao longo de séculos, como aponta Gebara (2025). A proposta teórica adotada, baseada no ecofeminismo decolonial, na ecologia política, na justiça social e na ecologia moral, foi confrontada e enriquecida pela realidade empírica. Conforme Santos e Olivieri (2017), a estrutura dos conflitos socioambientais, que envolvem disputas pelo acesso e pela disponibilidade dos bens naturais, está ligada à colonialidade dos saberes, dos seres e dos poderes, revelando-se como conflitos de natureza estrutural.

Diante dessa conjuntura, é imperativo refletir sobre a ecologia decolonial. Não se pode conceber a sociobiodiversidade, o respeito aos territórios indígenas ou as críticas aos modelos de conservação excludentes sem considerá-la. A ecologia decolonial questiona a maneira colonial de habitar e viver, exigindo igualdade e emancipação (Ferdinand, 2022). Segundo o autor, a crise ecológica advém desse modo de habitar que perpetua desigualdades sociais e discriminações de gênero e de raça.

Nesse contexto, segundo Shiva (2024), o caminho é abandonar a uniformidade em favor da diversidade – entendida aqui como forma de pensamento, modo de vida e imperativo político. A diversidade, enquanto conceito, representa uma postura que valoriza o respeito e o florescimento de alternativas possíveis, opondo-se à monocultura da mente.

No entanto, os dados empíricos desta investigação evidenciam uma inconsistência entre o discurso e a prática, especialmente em um país como o Brasil, que se apresenta como um dos líderes na conservação ambiental (Mittermeier, da Fonseca, Rylands, & Brandon, 2005). No caso brasileiro, por exemplo, embora se promovam discursos de diversidade, sociobiodiversidade e respeito, na prática, constatou-se a ausência de espaços seguros para a vivência e a participação das mulheres (Saraiva & Silva, 2025). Assim, questiona-se: é possível falar em conservação sem incorporar a perspectiva feminina? Como participar efetivamente se os espaços ainda são construídos para excluir?

Dessa forma, o presente artigo não se configura como um estudo de caso isolado, mas sim como um espaço de reflexão aprofundada. Fundamentado em anotações de campo, vivências e experiências acumuladas durante a pesquisa mais ampla (anteriormente mencionada), bem

### **PALAVRAS-CHAVE**

Ecofeminismo;  
conservação  
ambiental;  
Amazônia  
brasileira;  
violência de  
gênero; povos  
indígenas.

### **PALABRAS CLAVE**

Ecofeminismo;  
conservación  
ambiental;  
Amazonia  
brasileña;  
violencia de  
género; pueblos  
indígenas.

### **KEYWORDS**

Ecofeminism;  
environmental  
conservation;  
Brazilian Amazon;  
gender-based  
violence;  
Indigenous  
peoples.

Recibido:  
28/11/2025

Aceptado:  
05/06/2026

como na experiência profissional na área ambiental, este trabalho, conforme Torres (2009), convida a refletir sobre o ser humano inserido na natureza e sobre as complexas relações entre humanos e não-humanos. A partir dessas complexidades, evidenciou-se a necessidade de incorporar a perspectiva de gênero no campo da conservação.

Com o objetivo de partilhar a visão da mulher na conservação, o artigo contextualiza a trajetória da pesquisa na Amazônia, destacando as dificuldades enfrentadas na experiência de campo e relacionando-as às memórias de atividades profissionais observadas ao longo dos anos. Assim, reforça a relevância de abordar essa temática. Para tanto, o trabalho está organizado em quatro seções principais: a primeira apresenta o contexto da pesquisa, descrevendo a área de estudo e os objetivos da investigação; a segunda discute os desafios enfrentados em campo, com ênfase nas questões de gênero e segurança; a terceira explora a complexa relação entre Estado, mulheres e conservação; e, por fim, apresenta as considerações sobre a necessidade de construir novos paradigmas a partir de uma perspectiva ecofeminista.

Espera-se, com este trabalho, contribuir para a construção de espaços mais equitativos e inclusivos no campo da conservação ambiental, fomentando o diálogo, a colaboração e o compromisso de transformação social. A proposta é avançar rumo a um novo paradigma que, conforme Boff (2000), se baseia em uma nova 'dialogação' humanitária, na qual todas as vozes sejam ouvidas e consideradas. Em suma, é fundamental salientar que, para que essa tão almejada mudança de posicionamento seja efetiva, é necessário implementar ações que assegurem que a diversidade não se torne motivo de opressão (Puleo, 2019). Assim, é fundamental reconhecer que ainda há questões não resolvidas. Se não existem ambientes seguros para todas, não há mudança real.

## 2. Metodologia

O presente estudo surgiu da identificação de problemas enfrentados durante a coleta de dados em campo, culminando na constatação de similaridades com vivências observadas na atuação profissional na área ambiental, como mulher, em espaços de opressão. Esta situação dialoga com o que afirma Minayo (2009a), que a investigação vincula pensamento e ação, pois nada pode ser considerado um problema intelectual se, inicialmente, não foi um problema na vida prática. Assim, este estudo seguiu o que a autora considera as três etapas de um trabalho científico de investigação qualitativa: (1) fase exploratória; (2) trabalho de campo; (3) análise e tratamento do material empírico e documental.

Nesse sentido, o estudo em questão adota uma abordagem qualitativa, com ênfase no trabalho de campo, concebido como o momento de aproximação do(a) pesquisador(a) à realidade estudada, o que permite a construção de um conhecimento empírico substancial (Minayo, 2009b). Para tanto, foi adotada a metodologia da observação participante, na qual o(a) pesquisador(a) estabelece uma relação direta com os interlocutores, integrando-se à vida social e ao contexto cultural, com o propósito de recolher dados pertinentes à investigação. Esta abordagem, que transcende os roteiros estabelecidos, permitiu desenvolver a empatia, facilitando a compreensão de aspectos que apenas poderiam emergir desta forma, como as contradições entre as normas e a experiência da realidade (Minayo, 2009b).

A fase exploratória, que, segundo Minayo (2009a), consiste no tempo dedicado às atividades necessárias à preparação para a entrada em campo, neste estudo, demandou um ano de organização. Esse processo incluiu a obtenção das autorizações exigidas pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)<sup>2</sup>, por meio do Sistema de autorização e informação em biodiversidade (Sisbio<sup>3</sup>), para a entrada no Parque Nacional Picaás Novos (PARNA - PNPN), bem como a articulação com as lideranças das quatro etnias presentes no território, para a realização da atividade na Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau (TIUEWW). Para isso, foram agendadas diversas reuniões com ONGs locais e agentes do Governo Federal envolvidos na proteção tanto do PARNA quanto da TIUEWW, com o objetivo de estabelecer contato com as lideranças indígenas, apresentar a proposta de pesquisa e solicitar as autorizações.

Ademais, a entrada de investigadores(as) em Terras Indígenas requer a formalização junto à Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI<sup>4</sup>), o que implica procedimentos adicionais, tais como a apresentação de um atestado de saúde, de um projeto de pesquisa, do consentimento da comunidade indígena e da validação pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq<sup>5</sup>). A descrição detalhada desses procedimentos é crucial para garantir a transparência da pesquisa e para esclarecer o cumprimento de todas as exigências éticas para a realização de pesquisas envolvendo seres humanos e, especificamente, para o acesso ao território dos povos indígenas, que seguem protocolos de segurança próprios. A explicitação desses trâmites permite compreender as particularidades, dificuldades e exigências organizacionais inerentes à realização de um estudo nessas condições.

A segunda etapa consistiu na realização do trabalho de campo no território selecionado, especificamente na Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau, localizada em Rondônia, com uma área de 1.867.117,80 hectares (FUNAI, 1984; Leonel, 1991). Esta área foi declarada de ocupação indígena em 1985 pelo Decreto nº 91.416 (Brasil, 1985) e homologada pelo Decreto Presidencial nº 275 em 1991 (Brasil, 1991), encontrando-se sobreposta ao Parque Nacional de Pacaás Novos, criado em 1979 (Brasil, 1979) e atualmente sob gestão do ICMBio (ICMBio, 2009). A Terra Indígena é administrada pela FUNAI e pela Frente de Proteção Etnoambiental Uru Eu Wau Wau, responsável pelos esforços de monitoramento e proteção, especialmente dos povos em isolamento voluntário (Cardozo, Vale & Elage, 2024).

No decurso da atividade de campo, com duração de 18 dias, em 2025, foram visitadas cinco aldeias (Laranjal, São Luís, Cristo Rei, Pedreira e Trinchira), sendo que as quatro primeiras foram acessadas por via fluvial e a última, por via terrestre. Estas correspondem, respectivamente, às etnias Oro Win, Cabixi e Amondawa, realizando o trabalho com suas lideranças e comunidades. Entretanto, por motivos de segurança, as aldeias da etnia Jupaú<sup>6</sup> não foram visitadas; apenas uma liderança dessa etnia foi consultada, o que se mostrou relevante para captar a diversidade de interações e realidades necessárias à compreensão do contexto local. Segundo dados do IBGE (2022), a população total na região é de aproximadamente 518 pessoas, distribuídas entre essas etnias. Ressalta-se que não houve coleta de dados de gênero na atividade, mas todas essas informações são parte integrante da análise do contexto e das condições dessas comunidades indígenas.

De acordo com Minayo (2009b), o principal instrumento da observação é o diário de campo, que, segundo Spradley (1980, p. 71), permite o registro de experiências, ideias, medos, erros, confusões, descobertas e problemas que surgem durante o trabalho de campo. Assim, o diário de campo, considerado a principal fonte de dados desta pesquisa, soma mais de 70 páginas e registra todas as informações coletadas, complementadas por mais de 12 horas de gravações em áudio e vídeo, aproximadamente 100 horas de diálogos diretos e 19 ofícios encaminhados às instituições competentes. Este material constitui a base para a análise deste artigo, pois, de acordo com Malinowski (1978), a observação direta permite alcançar o imponderável da vida real, favorecendo a compreensão do ponto de vista do outro. Dessa forma, esta imersão buscou compreender as dimensões vividas no cotidiano desses povos.

A terceira etapa, de caráter interativo e não linear, caracterizou-se por um diálogo contínuo entre a realidade estudada, as experiências e vivências do(a) pesquisador(a), em sintonia com a dinâmica e as necessidades do campo. Para fundamentar esta análise, recorreu-se à proposta de Minayo (2009b), que orienta a interpretação do material empírico, articulando os dados com a teoria que sustentou o projeto, além de outras leituras teóricas. A análise apresentada, embasada em um arcabouço teórico-metodológico ecofeminista, pretende evidenciar a interconexão entre a exploração da natureza e a opressão das mulheres, revelando como as estruturas de poder patriarcais se manifestam na incansável busca por dominação, perpetuando desigualdades e afastando a sociedade da busca por igualdade e paz ambiental (Puleo, 2019). A aproximação com a realidade amazônica, por meio do trabalho de campo, possibilitou uma compreensão aprofundada das dimensões vivenciadas da governança territorial, bem como dos efeitos concretos sobre os corpos femininos que estão lá e nos que buscam entrar. A utilização de relatos pessoais e da experiência profissional da autora enriquece a narrativa e promove uma reflexão mais aprofundada sobre a temática, conferindo maior autenticidade e consistência à análise.

Por fim, é importante destacar que, diante da grande quantidade de dados coletados, foram empregadas ferramentas de inteligência artificial: o ChatGPT Versão 4, para auxiliar na elaboração de resumos e na identificação de pontos de interseção entre os documentos, facilitando a revisão e a interpretação dos dados; o Claude (Sonnet 5), para apoio na revisão textual, na verificação bibliográfica e na reformulação de parágrafos; e o NotebookLM, para conferência de citações e referências. Todos os resultados foram revisados e criticamente validados pela autora.

### 3. Desafios de Gênero: Uma Jornada Feminina na Amazônia

O presente artigo é o resultado de um processo de investigação mais abrangente, conforme mencionado nas seções anteriores. Os resultados preliminares deste estudo evidenciaram a necessidade de uma discussão que não estava prevista nos objetivos iniciais. A proposta original consistia em analisar a complexidade dos modelos de conservação excludente, que entram em conflito com a realidade da presença de povos indígenas nos territórios protegidos. Na perspectiva adotada, esta situação culmina na ampliação de conflitos socioambientais.

Nesse âmbito, foi apresentada uma proposta de estudo de caso que incidiu sobre uma unidade de conservação de proteção integral, nomeadamente o Parque Nacional Pacaás Novos e a Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau, que apresentam uma sobreposição territorial de 99,79%. A partir deste recorte, buscou-se consultar os povos originários residentes na área sobre sua visão e relação com o Parque Nacional sobreposto. Contudo, conforme mencionado anteriormente, a fase inicial da investigação consistiu em um extenso levantamento de informações e na articulação de contatos com os principais atores no território, o que resultou na obtenção das autorizações formais dos órgãos competentes.

Este processo preparatório demonstrou, desde o início, a relevância de considerar as questões de gênero. Tal necessidade emergiu porque as primeiras interlocuções ocorreram exclusivamente com lideranças masculinas das etnias Oro Win, Cabixi, Amondawa e Jupaú (Anônimo, 2025, p. 4). Apesar da pesquisa preliminar não se focar no gênero, esses sinais foram emergindo e sendo destacados ao longo do processo.

Essas questões surgiram de forma natural, como ilustrado no trecho do relato de campo que descreve a chegada ao território: “A viagem foi segura, cheguei por volta das 21h. Parte da viagem foi feita no escuro, o que levou à reflexão sobre a confiança que se precisa estabelecer rapidamente com um desconhecido em um ambiente completamente novo” (Anônimo, 2025, p. 4). Cada nova interação reforçava a ideia de que o gênero era um elemento crucial para compreender as dinâmicas sociais e culturais dessas comunidades. Essa realidade, combinada com a condição de pesquisador(a) individual, sem equipe, evidenciou ainda mais a necessidade de uma postura sensível e atenta às múltiplas vulnerabilidades que emergiam.

Nesse contexto, a discussão reside em como alcançar equidade e diversidade no âmbito da conservação se os pilares da opressão ainda estão presentes na vivência e nos relatos das mulheres que habitam ou buscam vivenciar esses espaços. Objetiva-se, nesta seção, contextualizar a origem das reflexões e experiências que serão apresentadas, de modo a guiar o leitor pela trajetória e pela construção das relações que permeiam este estudo, pois, segundo Gebara (2025), como pensar a dor do outro sem nos aproximarmos e até convivermos com ele?

As reflexões aqui apresentadas emergiram diretamente da vivência em campo, inseridas no contexto desta investigação e de uma trajetória de 15 anos de atuação na conservação ambiental brasileira. Essa imersão reflete a compreensão de Lévi-Strauss (1993), que descreve como “o desconforto, o choque com os hábitos adquiridos, o surgimento de preconceitos, dos quais sequer suspeitava; e que se descobre a si mesmo nesta conjuntura estranha (...), o observador coloca-se como seu próprio instrumento de observação” (Lévi-Strauss, 1993, p. 43). Essa experiência acumulada, marcada por vivências e histórias, revelou a urgência de abordar as questões de gênero no contexto da conservação.

As considerações aqui apresentadas, sob a perspectiva feminina, explicitam como os aspectos práticos da realidade e as violências interferem, inibem e, frequentemente, inviabilizam a presença das mulheres nesses espaços. Segundo Gebara (2025) cada novo acontecimento reajusta e refaz nosso conhecimento de nosso mundo interior e exterior. Assim, a partir dessa mescla de eventos, que modificaram a experiência observada, busca-se abordar uma temática latente e importante no debate sobre conservação.

Dessa forma, o contato direto com as comunidades, por meio da escuta de histórias pessoais e de lembranças de violências, passadas e presentes, na intimidade de cada casa e de cada conversa, revelou-se crucial. Conforme relatado no estudo: “Sim, as pesquisas podem invadir a intimidade, o território e a vida das pessoas. Mesmo com todo o estranhamento do que foi narrado, com o processo de conhecimento mútuo, a recepção foi muito boa” (Anônimo, 2025, p. 4). Essa troca profunda permitiu a internalização das experiências e percepções dessas pessoas, abrindo espaço para refletir sobre questões de gênero, que se mostraram fundamentais para abordar conflitos, promover a conservação ou pensar em novos caminhos. Assim, o contato direto contribuiu significativamente para a compreensão da temática. Contudo, levanta-se a questão: como essas experiências podem ser replicadas se os corpos femininos ainda são violados ou alvos de violência?

Na narrativa dessa vivência, que busca engajar o leitor na experiência, um alerta inicial surgiu logo na primeira aldeia. Diante da natureza do ambiente, optou-se por indagar sobre as regras de segurança, considerando aspectos como a presença de animais a evitar e os locais de banho, uma vez que, nessa aldeia, não havia banheiros convencionais e o banho era realizado no rio. Durante esse processo, emergiu uma realidade não planejada:

Durante a conversa no caminho para o banho, a anfitriã questionou por que a investigadora iria dormir naquela casa (indicada para estadia nessa aldeia), informando que o responsável pela moradia havia sido preso por tentativa de estupro, não sendo essa a primeira vez. Essa notícia trouxe um sentimento de desconforto e insegurança (Anônimo, 2025, p. 6).

Levanta-se então a questão: por que, no meio da Amazônia, dentro de uma aldeia indígena, com povos tradicionais, em uma localidade sem banheiros convencionais, que deveria utilizar a natureza como alternativa, ainda assim existe a necessidade de se preocupar com a própria segurança? Essa foi a primeira questão a sinalizar uma problemática subjacente. Nesse mesmo contexto, a anfitriã foi categórica ao indicar a necessidade de permanecer vestida durante o banho. Este aviso, referente a uma situação não prevista na pesquisa até aquele momento, transformou-se em um alerta crucial: mesmo no coração da Amazônia, era imperativo proteger-se contra a violência física.

No decorrer da estadia, com a criação de um vínculo de confiança, outras histórias emergiram. “A conversa foi aumentando e acabamos falando sobre a segurança das mulheres na aldeia, mencionando casos de estupro ou tentativas, o que me apavorou. Ao final, ela sugeriu que eu mudasse de casa” (Anônimo, 2025, p. 6).

Rapidamente, tornou-se evidente que essa conversa e esse episódio não eram casos isolados, e aqui se questiona: O que a mídia e o governo tendem a nomear como conflitos ambientais, como o garimpo e as invasões de terra, tem o mesmo significado para uma mulher indígena? São as mesmas preocupações para os homens? A violência que o não indígena exerceu e ainda exerce na ocupação do território é a mesma sofrida pelos homens e pelas mulheres? A ausência de alertas prévios sobre os riscos inerentes à atividade de campo evidencia um aspecto alarmante da violência de gênero, permanentemente vivenciada por todas as mulheres, sejam elas locais ou não.

#### 4. Entre o medo e a luta: desafios à presença feminina

O medo, inesperado inicialmente, tornou-se uma presença constante; mais do que isso, percebeu-se que sempre esteve ali, bastava olhar ao redor. Os relatos das anciãs das comunidades visitadas oferecem

respostas às questões levantadas: a violência no corpo feminino adquire outra dimensão, outro significado, o que, segundo Butler (2019), configura a vulnerabilidade social desses corpos. O passado nunca foi tão palpável como quando as matriarcas narram como fugiram de suas aldeias, pois eram perseguidas pelos seringueiros da região. Relembrem o assassinato de sua mãe, que foi morta enquanto grávida, tendo seu bebê retirado com um facão (Anônimo, 2025, p.10). Se a perseguição e a morte já são brutais, no caso das mulheres, elas são rasgadas, abusadas e sangradas. Essa realidade de crueldade contra corpos femininos já era questionada há séculos, quando Grimké (1837) trouxe à tona a situação de violência contra as mulheres negras escravizadas, em um apelo à justiça e aos direitos humanos.

No que concerne aos problemas ambientais, como a atividade de garimpo, a situação não se afasta do exposto. Os homens procuraram apoio institucional para a fiscalização e, em certos momentos, estabeleceram acordos de convivência com os garimpeiros, reconhecendo o seu isolamento e a ausência de poder de polícia do Estado. No entanto, os relatos das mulheres apresentam outra perspectiva: em vez de recursos ambientais, o foco passa a ser seus corpos e sua segurança. Segundo Rose (1993), trata-se da privação da sensação de liberdade espacial, o que gera uma experiência de medo diante da ameaça constante que essa violência representa.

“As mulheres mencionaram que sentem medo e insegurança com a presença dessas pessoas e enfatizaram a necessidade de apoio do governo para lidar com essa situação” (Anônimo, 2025, p. 12). O medo, conforme relatado, surgia quando os homens da aldeia saíam para caçar ou pescar e as mulheres ficavam vulneráveis à súbita aparição de garimpeiros, o que gerava temor, pois não tinham proteção contra possíveis abusos.

Dessa forma, embora a experiência de imersão em campo na Amazônia tenha sido enriquecedora em diversos aspectos, também lançou luz sobre desafios específicos enfrentados por mulheres na área da conservação. As questões de gênero, historicamente negligenciadas nas discussões sobre gestão ambiental e territorial, manifestaram-se de forma contundente, tanto nas dificuldades práticas do cotidiano quanto nas complexas dinâmicas sociais e culturais que permeiam a região.

Identificou-se que os relatos não especificavam a idade nem a etnia. Em outras aldeias, foi informado que problemas de convívio social surgiram devido a casos de violência, como “casos graves, incluindo violência sexual com divulgação de imagens de menores” e “também relatos de tentativas de outros abusos”. Essa realidade foi apresentada exclusivamente por mulheres da comunidade, sem que nenhum representante masculino abordasse a pauta.

É importante destacar que esses relatos foram espontâneos, sem menção ou questionamentos prévios por parte da pesquisa sobre temas relacionados ao gênero, à violência ou aos cuidados femininos. Essas pautas foram diretamente expostas pelas próprias mulheres locais, que relataram dificuldades no convívio com os agressores, que muitas vezes permaneciam nas comunidades, além da ausência de amparo legal e institucional. Essa situação proporcionou um espaço de reflexão que se alinhou às experiências vivenciadas. Ainda em campo, durante o deslocamento, os contatos masculinos que atuaram como atores-chave iniciais foram indagados sobre relatos de violência, possíveis riscos que a autora poderia enfrentar e se estavam cientes desses fatos. Todos responderam que ‘estavam preocupados e pensando na segurança em campo devido a essas questões’. O questionamento se justifica justamente porque, se já tinham conhecimento da situação, nenhum deles ofereceu qualquer alerta ou orientação preventiva, o que evidencia um descompasso entre o discurso de preocupação e a prática de cuidado.

Dessa forma, além das questões logísticas e da pressão inerente ao trabalho de campo, a segurança pessoal emergiu como uma preocupação central. “O medo constante, pela falta de segurança e pela ausência de uma equipe para amparar, gerava muito medo” (Anônimo, 2025, p. 16). As vulnerabilidades se acentuavam em situações cotidianas, intensificadas pela relação dessas comunidades com o álcool e as drogas. “Além disso, houve momentos de apreensão intensificada pela entrada de homens no quarto, especialmente quando alcoolizados, alterando de forma perceptível o comportamento” (Anônimo, 2025, p. 26).

É evidente que a pesquisadora estava ciente dos riscos inerentes a uma atividade de campo, com deslocamentos longos e ambientes abertos, bem como do histórico de violência contra a mulher no Brasil e no Estado de Rondônia<sup>7</sup>. Contudo, foi durante as narrativas e os encontros que se identificaram os obstáculos e dificuldades enfrentados na investigação, conforme referido em outro relato de campo.

Ao sair de uma das aldeias acessíveis por via terrestre, conduzindo um automóvel em um percurso de aproximadamente 864 km (ida e volta) em uma localidade remota, sem sinal de GPS (representada no lado direito do mapa, Figura 1), e ao perceber-se perdida, a pesquisadora parou para solicitar orientação aos moradores locais. Ao baixar o vidro para conversar com uma senhora, esta ficou surpreendida ao constatar que a pesquisadora estava sozinha e questionou repetidamente: “Está sozinha?”, indicando a direção, sempre com uma expressão de preocupação, e fez várias perguntas para confirmar se realmente não havia ninguém com a pesquisadora (Anônimo, 2025, p. 17).

Este encontro, que parece fortuito, com manifestações de surpresa e de preocupação, evidencia a profunda internalização das percepções sobre os lugares e das expectativas ou permissões associadas ao feminino. Os espaços não são concebidos para as mulheres, o que Valentine (1989) denominou ciclo do medo, desincentivando a utilização e a ocupação do espaço público e constituindo a expressão espacial do patriarcado. “Todos esses elementos, ou a sua ausência, transformam essa jornada em um obstáculo para as mulheres, inviabilizando o trabalho e a vida, além de as excluir” (Anônimo, 2025, p. 17).

#### 4.1 O Estado e a Mulher: Desrespeito, Violência e Silenciamento

Esta seção busca demonstrar como as narrativas, embasadas nas experiências de campo e em relatos pessoais da autora, evidenciam a contribuição da ação ou da omissão do Estado para as desigualdades de gênero. Tal impacto na vida das mulheres das comunidades locais manifesta-se pela não implementação

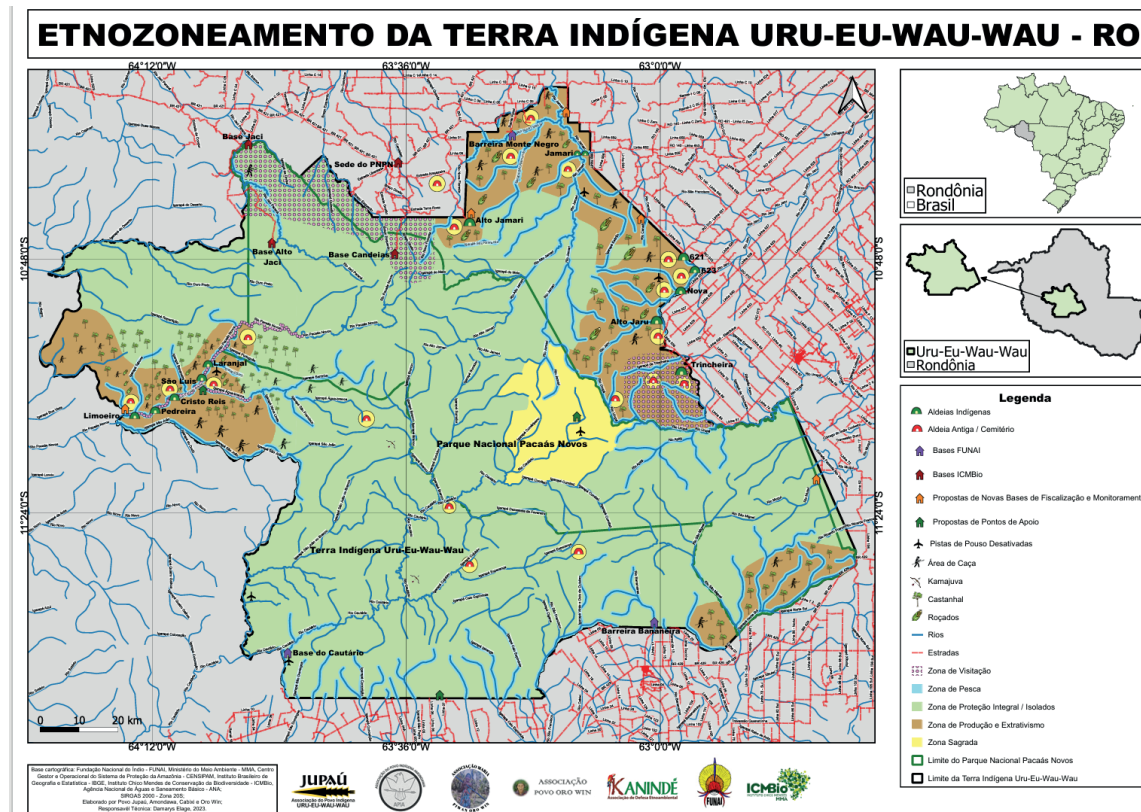


Figura 1. Mapa da TIUEWW e de suas aldeias no Estado de Rondônia, Brasil. Fonte: Adaptado de Cardozo, Vale & Elage (2024).

de políticas públicas adequadas, pela ausência de redução das desigualdades e das violências a que estão submetidas e pela falta de orientação institucional para o acolhimento de denúncias, seja por negligência, seja por intervenção direta de agentes estatais.

Tal como nas seções anteriores, o fio condutor será constituído por relatos de campo, testemunhos e percepções coletados em diferentes ocasiões ao longo da pesquisa. Estes dados serão aprofundados pela experiência profissional na área da conservação, apresentando três exemplos que se conectam e demonstram como o aparato opressor do Estado fere, viola e exclui e persiste na realidade cotidiana.

O primeiro relato provém de uma mulher indígena que buscou orientação de um órgão estatal para apresentar uma denúncia de violência sexual e relatou ter sido, em um primeiro momento, desaconselhada a formalizá-la, sob a justificativa de que se trataria de uma questão interna entre familiares (Anônimo, 2025). Esse episódio ilustra como a hesitação institucional no acolhimento de denúncias graves pode expor a denunciante a sofrimento e a violências adicionais.

A orientação inicial não foi aceita pela denunciante, que buscou apoio em outra instância e, por essa via, conseguiu formalizar a denúncia. Devido às particularidades do contexto territorial, a investigação e as providências necessárias levaram algum tempo para se concretizar, o que a expôs, nesse intervalo, à convivência com o agressor, a ameaças e a restrições à sua circulação, em decorrência de sua atitude de buscar justiça.

A violência sistêmica do Estado manifestou-se também quando mulheres e lideranças solicitaram apoio na elaboração de documentos para requerer intervenção estatal na construção de espaços de atendimento de saúde adequados. Ressaltaram que o Governo elabora políticas públicas, a exemplo do Bolsa Família<sup>8</sup>, que impõem condicionantes de saúde para o recebimento do auxílio. No entanto, o que deveria ser uma política pública inclusiva e diferenciada revela, na prática, outra forma de violência.

Assim, a ausência de espaços de atendimento adequados para as mulheres expõe seus corpos, sua intimidade e sua segurança a tratamentos indignos, reforçando o que foi observado ao longo dessa trajetória. As mulheres relataram constrangimento ao realizar atendimentos e procedimentos de saúde em locais inadequados, dentro das casas de lideranças da comunidade, onde as pessoas podem ver e ouvir o que elas relatam aos profissionais de saúde. Além disso, esses espaços não apresentavam condições higiênicas satisfatórias.

Essas constatações não são pontuais. O Estado brasileiro constrói políticas no modelo *top-down*<sup>9</sup>, no qual se evidenciam falhas operacionais de implementação e a ausência de instrumentos de adaptação aos diversos contextos nacionais. Contudo, questiona-se: seria isso apenas um problema de políticas públicas e de governança, ou estamos lidando com uma questão de gênero de caráter estrutural, inserida na cultura institucional e pessoal de seus agentes? Para aprofundar essa reflexão, a autora recorre a um relato próprio, vivenciado ainda no início de sua trajetória profissional, que ilustra como o recorte de gênero e a análise das violências não podem ser deixados de lado, pois se manifestam em todos os espaços.

Há aproximadamente quinze anos, durante uma atividade de fiscalização em uma Unidade de Conservação (UC), a autora permaneceu em campo por um período prolongado. Devido ao elevado custo operacional do deslocamento de agentes, essas atividades exigiam uma presença mais prolongada em campo. O foco do trabalho era o monitoramento e a proteção de espécies da fauna local. No entanto, como a UC era atravessada por rios importantes para o transporte regional, havia grande demanda por verificações de embarcações e de atividades de pesca, entre outras intervenções.

As equipes ocupavam um espaço coletivo de alojamento que abrigava todos os presentes, os agentes de fiscalização e a equipe de apoio, servindo de base fixa durante a atividade. Cabe acrescentar, desde já, o recorte de gênero: a equipe era pequena e tinha apenas a autora como mulher, sem espaços específicos voltados a uma agente feminina nesses ambientes coletivos.

A ausência desses espaços nunca foi objeto de observação ou questionamento, a premissa era que todos os agentes compartilhavam os mesmos espaços e condições, como se a equivalência formal de tratamento correspondesse, por si só, a uma condição de igualdade. Essa lógica, no entanto, não reconhece características e necessidades diferenciadas, e a ausência de espaços pensados para mulheres não constitui uma política neutra, mas sim uma forma de invisibilização. Como esperado, o convívio entre os presentes era intenso e pessoal. Dali, foi possível presenciar conversas e situações que, em outros contextos, talvez não teriam ocorrido com a mesma naturalidade.

A cada tantos dias embarcados, seguindo uma escala de trabalho sequencial, a equipe tinha direito a horas de folga para sair da embarcação e ir à cidade mais próxima. Essa prática é padrão para todas as equipes de campo. Para quem não está familiarizado com uma rotina de trabalho exaustiva, com condições de alojamento precárias, poucas horas de sono, pode ser difícil compreender que os dias de folga eram sempre uma espécie de celebração.

Para a autora, cercada por colegas predominantemente homens, parecia que eles planejavam atividades das quais ela não participaria. As conversas eram discretas, afastadas e, muitas vezes, ela não era incluída. Com o tempo, talvez pelo espaço reduzido ou pelo cansaço de tentar esconder o assunto, que já era discutido abertamente entre os demais, passaram a falar sem reservas.

A partir de então, os colegas passaram a relatar detalhes de seus planos. A programação consistia em, na folga, dirigirem-se a zonas de prostituição na cidade. Havia troca de contatos e visualização de mensagens e fotos entre eles.

Convém ressaltar que não se trata de um julgamento sobre a prostituição em si, mas de uma reflexão sobre como a percepção ou compreensão da missão naquela localidade pode variar de acordo com o gênero. Essa compreensão parece condicionar a ideia de proteção quase exclusivamente aos bens naturais, à fauna e à flora, como se essas fossem as únicas dimensões pertencentes à conservação.

Nesse quadro, essas condutas, relacionadas a uma parcela do comportamento social atravessada por viés de gênero, demonstram a naturalização desses comportamentos e compreensões, o que aponta para um dado empírico, o de que essa discussão permanece ausente e afastada do escopo das questões ambientais, como se não dissesse respeito à missão de proteção.

Essa reflexão busca apontar para a necessidade de que a visão da governança ambiental reconheça o cuidado, o gênero e a equidade como parte constitutiva da conservação e da justiça ambiental. A dimensão social, de gênero, e o machismo estrutural que a atravessam permeiam também a conservação e seus impactos, ainda que raramente sejam reconhecidos como parte do debate ambiental.

## 5. Considerações finais: por uma conservação justa, inclusiva e decolonial

Ao final desta breve, porém significativa trajetória, a pesquisa buscou, por meio dos relatos apresentados, promover uma reflexão relevante que reconheça como as relações de colonialidade de poder, da violência e da exclusão dos corpos, espaços, terras e naturezas (Ferdinand, 2022) ainda permeiam o cotidiano das vidas contemporâneas.

As limitações deste estudo decorrem do fato de que sua proposta inicial não foi voltada a uma investigação específica sobre gênero na conservação. Desse modo, não foram realizadas coletas direcionadas, como grupos focais ou bases de dados para inferências ou generalizações. Além disso, a autora não pertence à realidade social estudada, o que, segundo Ribeiro (2017), configura uma experiência distinta, vista sob outra perspectiva. Contudo, a intenção foi criar uma reflexão a partir de recortes narrativos que surgiram espontaneamente em contatos femininos. Dessa forma, evidenciam-se as limitações, mas também a iniciativa de aproximação, que Gonzalez (1988/2020) reconhecia como um ato de solidariedade e respeito às diferenças.

Destaca-se que as reflexões aqui apresentadas não visam desmerecer as conquistas normativas e sociais no Brasil relacionadas à questão de gênero, especialmente no acesso à saúde e à educação. Todavia, estudos continuam apontando obstáculos permanentes, como a baixa presença feminina na política e os alarmantes índices de violência, que indicam a insuficiência das estruturas brasileiras para garantir os direitos das mulheres (Lima & Feitosa, 2024, p. 159). Ressalta-se, ainda, que muitas pesquisadoras atuam em diversas áreas, exercendo suas funções. Porém, como abordado neste artigo, a questão é: estamos exercendo as atividades enquanto convivemos com as violências no cotidiano? Qual o preço que as mulheres pagam por ocupar seus espaços e até que ponto essas violências têm sido realmente analisadas, refletidas ou internalizadas como naturais?

Segundo Acioli (2025), o Brasil ainda mantém uma presença insuficiente de mulheres nas instâncias decisórias. Contrariando essa realidade, a nomeação de Marina Silva para o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) e de Sônia Guajajara para o Ministério dos Povos Indígenas (MPI) abre uma oportunidade para a reflexão feminista na agenda da conservação. Essa representatividade não só amplia o diálogo, mas também se consolida como um espaço vital para a sensibilização e priorização das pautas de gênero. No entanto, os ataques misóginos sofridos pela ministra do MMA neste ano levantam uma questão fundamental: como efetivar esses avanços se até figuras de liderança feminina mundialmente reconhecidas são alvo de agressões machistas em sessões oficiais do Congresso Nacional?<sup>10</sup> Diante disso, como promover, de fato, uma gestão ambiental mais inclusiva e sensível às vozes femininas?

Outro ponto relevante diz respeito às violências descritas neste estudo. Embora, quando oriundas de outras culturas, possam suscitar questionamentos, neste contexto, é imperativo dialogar com a posição da ministra Guajajara, que afirma: “É necessário encontrar formas de combater o feminicídio e os assassinatos de mulheres indígenas dentro dos seus territórios, frequentemente considerados cultura. Não podemos permitir mais atos de violência considerados costume ou cultura de um povo” (Guajajara, 2023). A declaração reforça que essa realidade persiste e que há um longo caminho a percorrer até aquilo que ela denomina “reflorestar mentes” e promover o bem-viver, apontado como outro caminho possível, que, segundo Hollanda (2020), reside no reconhecimento do direito de todos à dignidade, à subsistência e a um meio ambiente equilibrado.

Em suma, o conceito de interseccionalidade<sup>11</sup>, conforme apontado na literatura, manifesta-se claramente nos relatos de violência e na presença do patriarcado capitalista, entendido aqui como a base material e simbólica da opressão das mulheres, segundo Gonzalez (1988/2020). Cumpre destacar que o patriarcado se expressa de formas distintas, em diferentes localidades, mas aqui é abertamente brutal, tendo em comum o propósito de explorar, extrair e decidir quais vidas importam (Vergès, 2020). Essas relações de dominação estrutural impactam nos corpos, na mente, nas políticas públicas, na vida e nas realidades das mulheres, independentemente de sua classe social, raça ou nível de escolaridade.

O artigo não encerra aqui a discussão; ao contrário, convida a assumir uma postura ecofeminista, alinhada ao entendimento de Phillips & Rumens (2015), de que essa abordagem busca por novas conexões de cuidado, responsabilidade e justiça, com o objetivo de refazer um mundo mais respeitoso para todos. Ao longo dessa trajetória, foi vivenciado outras diversas situações relacionadas ao gênero que, por não terem sido aqui abordadas, revelam um universo ainda distante das teorias e provocam mais questionamentos do que respostas: quantas experiências foram ocultadas ou mantidas em segredo por centenas de mulheres, camponesas, pesquisadoras, que, contra um sistema opressor, insistiram em seguir suas vidas, suas profissões, suas pesquisas e suas lutas, internalizando essa resistência diária? Quanto mais tempo será necessário esperar para que essas experiências sejam, de fato, reconhecidas?

Este espaço serve para provocar reflexões sobre o tema, que atualmente figura nas demandas de coletivos comunitários, de agendas ambientais de ONGs, de organizações indígenas e de discursos políticos progressistas. No entanto, na prática, observa-se que muitas lideranças nas comunidades ainda são predominantemente masculinas, que os espaços ainda não são equânimes e que o Estado frequentemente não prioriza ações de sensibilização junto aos responsáveis pela implementação de políticas públicas

ambientais nessa temática. Essa situação evidencia a continuidade das opressões e a ausência de espaços seguros para o diálogo e a participação feminina.

Assim, falar em uma agenda ambiental diversa e em uma mudança de paradigmas torna-se difícil enquanto se permanece preso a uma herança patriarcal<sup>12</sup>, colonial<sup>13</sup> e opressora. Para ilustrar esse ponto, compartilha-se mais um relato obtido em 2024, durante entrevista com a representante de uma ONG atuante na Amazônia. A entrevistada destacou a relação das mulheres com a conservação, ao contar que, durante uma reunião comunitária, uma liderança feminina pediu a palavra para explicar como gostaria que fosse chamado o documento em debate, narrando: “A comunitária argumentou que o nome do documento deveria ser de gestão. Fiquei surpresa, pois o termo era muito institucional, mas, ao explicar, a liderança afirmou que escolheu ‘gestão’ porque a mulher gesta uma vida e que era isso que as comunidades faziam com a natureza: o cuidado era o mesmo” (Guerrero, 2024).

Para “gestar”, então, uma nova abordagem de conservação mais inclusiva, é preciso, antes, garantir espaços efetivamente seguros para todas as mulheres. Cabe, portanto, repensar as estratégias de inclusão, proteção e acolhimento, de modo a garantir uma participação justa, equitativa e segura. Somente dessa forma será possível transformar a prática e avançar rumo a uma gestão verdadeiramente democrática e plural.

## NOTAS

<sup>1</sup> Este artigo é parte de um estudo mais abrangente, em andamento, que investiga os conflitos ambientais em áreas de sobreposição entre Terras Indígenas e Unidades de Conservação de Proteção Integral na Amazônia brasileira. O título da pesquisa é “A natureza tem gente - Conflitos de sobreposição territorial e seus instrumentos de gestão compartilhada na interface entre as terras indígenas e as unidades federais de conservação no Brasil”.

<sup>2</sup> O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Responsável pela gestão, proteção, monitoramento e fiscalização das 344 Unidades de Conservação Federais no Brasil. Criado em 28 de agosto de 2007 pela Lei nº 11.516/07, vinculado ao Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. Disponível em: <https://www.gov.br/icmbio/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/o-instituto>

<sup>3</sup> Sistema de Autorização de Pesquisa nas Unidades de Conservação Federais (SISBIO). Sistema do ICMBio que regula as autorizações de pesquisa em UC's. Disponível em: <https://www.gov.br/icmbio/pt-br/servicos/servicos-do-icmbio-no-gov.br/autorizacoes/pesquisa-nas-ucs-sisbio>

<sup>4</sup> A Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) é o órgão indigenista oficial do Estado brasileiro. Criada por meio da Lei nº 5.371, de 5 de dezembro de 1967, vinculada ao Ministério dos Povos Indígenas, é a coordenadora e principal executora da política indigenista do Governo Federal. Sua missão institucional é proteger e promover os direitos dos povos indígenas no Brasil. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/Institucional>

<sup>5</sup> O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) é uma fundação pública vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, criada em 1951, que promove a pesquisa e a formação de recursos humanos, sendo fundamental nas políticas de ciência, tecnologia e inovação no Brasil. Disponível em: <https://www.gov.br/cnpq/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/institucional>

<sup>6</sup> Assim como as outras etnias, os Jupaú autorizaram a atividade por meio de sua liderança. Contudo, durante a pesquisa de campo, o representante da comunidade não estava presente na aldeia, o que resultou na rejeição da investigadora. Além disso, ela foi desencorajada a ir, pois havia a probabilidade de os homens estarem consumindo bebidas alcoólicas naquela data, o que aumentava os riscos de animosidade. Diante dessa situação, a pesquisadora decidiu realizar a entrevista apenas com a liderança, em um espaço cedido por uma ONG local na capital do Estado (Anônimo, 2025, pp. 56-57).

<sup>7</sup> Segundo o Atlas da Violência 2025 elaborado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea, 2025), o Brasil continua com índices persistentes de violências contra as mulheres, mesmo considerando um

decréscimo nas taxas de violência geral; os dados sobre gênero, segundo o estudo, configuram-se como sendo uma das expressões mais alarmantes das desigualdades de gênero no país. O Estado de Rondônia se encontra entre os quatro estados do país com as maiores taxas de homicídio registrado de mulheres. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes/290/atlas-da-violencia-2025>

<sup>8</sup> O Programa Bolsa Família é um programa federal de transferência de renda destinado a famílias em situação de pobreza, que integra ações de assistência social, saúde, educação e emprego. As condicionalidades de saúde do Programa incluem o cumprimento do calendário nacional de vacinação, o acompanhamento nutricional de beneficiários com até sete anos e a realização do pré-natal pelas gestantes. Disponível em: <https://bfa.saude.gov.br/>

<sup>9</sup> O modelo top down de implementação de políticas públicas parte de uma visão que elas devem ser elaboradas e decididas pela esfera política e que a implementação é um mero esforço administrativo de achar meios para fins estabelecidos (Secchi, 2011).

<sup>10</sup> Episódio ocorrido em 27/05/25, quando a ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima deixou uma audiência na Comissão de Infraestrutura do Senado brasileiro, onde seria ouvida sobre a criação de áreas de conservação. Sua saída ocorreu após ser alvo de declarações de senadores consideradas machistas e ofensivas; um deles, ao cumprimentá-la, afirmou que desejava “separar a mulher da ministra” porque a mulher “merecia respeito” enquanto a ministra, não. Esse não foi o primeiro ataque do senador à ministra, pois, em março, durante uma audiência da CPI das ONGs, ele declarou: “Imagine o que é tolerar a Marina 6 horas e 10 minutos sem enforcá-la”. Ainda, na mesma sessão do dia 27/05, a ministra sofreu outros momentos de violência verbal, quando o presidente da comissão a interrompeu diversas vezes, cortando seu microfone e dizendo que ela deveria “se pôr no seu lugar”, o que agravou ainda mais o clima de embates e agressões de machismo contra ela naquele dia (BBC News Brasil, 2025).

<sup>11</sup> A interseccionalidade investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana. Como ferramenta analítica, a interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária – entre outras – são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente. A interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas (Collins & Bilge, 2021, p. 16).

<sup>12</sup> Sistema patriarcal que fundou a convicção de que a figura do homem (macho, viril) seria a legítima representação da raça humana, social e, juridicamente

falando detendo a exclusividade na nomeação ser humano com direitos políticos, o que acabou por excluir outros grupos, como mulheres, crianças e idosos, além de agrupamentos étnicos considerados inferiores, do acesso a direitos, mesmo que eventualmente previstos em legislação (Cerqueira do Carmo *et al.*, 2016, p. 157).

<sup>13</sup> “A colonialidade como sequela da colonização tem criado e reproduzido estruturas de poder, práticas de saque e extrativismo que estão destruindo vidas humanas e não humanas, bem como todos os seus ambientes e ecossistemas” (García Nemocón, Montanaro & Ocaña Muñoz, 2021, p. 5).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Acioli, A. de S. (2025). *Mulheres na política brasileira: Representatividade, democracia e desafios da paridade de gênero nos espaços de poder*. Aurum. <https://doi.org/10.63330/aurumpub.018>
- Anônimo. (2025). *Diário de campo na Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau* [Documento interno de pesquisa, inédito].
- Anthropic. (2025). *Claude* (Sonnet 5) [Large language model]. <https://claude.ai>
- BBC News Brasil. (2025, 27 de maio). *O que motivou ataques a Marina Silva no Senado: "Fui agredida fazendo meu trabalho"*. <https://www.bbc.com/portuguese/articles/ceqg02g3z8po>
- Boff, L. (2000). *Ethos mundial: Um consenso mínimo entre os humanos*. Letraviva.
- Brasil. (1979, 21 de setembro). Decreto nº 84.019, de 21 de setembro de 1979. Cria, no Território Federal de Rondônia, o Parque Nacional de Pacaás Novos, com os limites que especifica, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*.
- Brasil. (1985, 9 de julho). Decreto nº 91.416, de 9 de julho de 1985. Declara como de ocupação dos índios Uru-Eu-Wau-Wau a área que menciona, no Estado de Rondônia. *Diário Oficial da União*.
- Brasil. (1991, 29 de outubro). Decreto nº 275, de 29 de outubro de 1991. Homologa a demarcação administrativa da Área Indígena Uru-Eu-Wau-Wau. *Diário Oficial da União*.
- Butler, J. (2019). *Vida precária: Os poderes do luto e da violência*. Autêntica.
- Cardozo, I. B., Vale Júnior, I. C., & Elage, D. (Orgs.). (2024). *Etnozoneamento e plano de gestão em terras indígenas: Terra Indígena Uru Eu Wau Wau* [Relatório técnico].
- Cerqueira do Carmo, J., Moura Pires, M. de, Jesus Júnior, G. de, Lins Cavalcante, A., & Dal Pozzo Trevizan, S. (2016). Voz da natureza e da mulher na Resex de Canavieiras-Bahia-Brasil: Sustentabilidade ambiental e de gênero na perspectiva do ecofeminismo. *Revista Estudos Feministas*, 24(1), 155–180. <https://doi.org/10.1590/1805-9584-2016v24n1p155>
- Collins, P. H., & Bilge, S. (2021). *Interseccionalidade* (R. Souza, Trad.). Boitempo.
- Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. (2025). *Sobre o CNPq*. <https://www.gov.br/cnpq/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/institucional>
- Ferdinand, M. (2022). *Uma ecologia decolonial: Pensar a partir do mundo caribenho*. Ubu.
- Fundação Nacional do Índio. (1984). *Fundamentação técnica para demarcação da Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau*. Fundação Nacional do Índio.
- Fundação Nacional dos Povos Indígenas. (2025). *Institucional*. <https://www.gov.br/funai/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/Institucional>
- García Nemocón, M. E., Montanaro, A.-M., & Ocaña Muñoz, L. M. (2021). *Ecofeminismos decoloniales: Construir puentes*. Ecologistas en Acción.
- Gebara, I. (2025). O surgimento de novos referenciais hermenêuticos e epistemológicos a partir do ecofeminismo e da ecocultura: Alguns desafios para a teologia. In A. V. Boas, A. Palma, & M. C. Bingemer (Orgs.), *Ecologia e hermenêuticas do feminino: Espiritualidade, interculturalidade, práticas sustentáveis* (pp. 51–74). Universidade Católica Editora.
- Gonzalez, L. (2020 [1988]). Por um feminismo afro-latino-americano. In H. B. de Hollanda (Org.), *Pensamento feminista hoje: Perspectivas decoloniais* (pp. 38–46). Bazar do Tempo.
- Google. (2025). *NotebookLM* [Large language model]. <https://notebooklm.google.com>
- Grimké, A. (1837). *Appeal to the women of the nominally free states, issued by an anti-slavery convention of American women, held by adjournments from the 9th to the 12th May, 1837*. W. S. Dorr.
- Guajajara, S. (2023, 27 de setembro). *Discurso da ministra Sônia Guajajara na sede da Missão Permanente do México na ONU em Nova Iorque*. Ministério dos Povos Indígenas. <https://www.gov.br/povosindigenas/pt-br/assuntos/discursos/2023/09/discurso-da-ministra-sonia-guajajara-na-sede-da-missao-permanente-do-mexico-na-onu-em-nova-iorque>
- Guerrero, N. (2024). *Entrevista realizada pela equipe de pesquisa* [Entrevista on-line via Google Meet, 20 de novembro de 2024].
- Hayama, A. T. (2022). Verdades sociambientais: Armas e armadilhas da crítica da ideologia preservacionista. In C. F. M. de Souza Filho, H. S. Ferreira, L. A. Lima da Silva, P. H. Kanno, & P. Lini (Orgs.), *Biodiversidade, espaços protegidos e povos tradicionais* (pp. 187–204). CEPEDIS.
- Hollanda, H. B. de (Org.). (2020). *Pensamento feminista hoje: Perspectivas decoloniais*. Bazar do Tempo.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2022). Censo demográfico 2022: Indígenas, primeiros resultados do universo, segunda apuração. <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=73103>
- Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. (2009). *Plano de manejo do Parque Nacional de Pacaás Novos*. Ministério do Meio Ambiente.

- Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. (2025). *Sobre o ICMBio*. <https://www.gov.br/icmbio/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/o-instituto>
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. (2025). *Atlas da violência 2025* (D. Cerqueira & S. Bueno, Coord.). Ipea.
- Leonel, M. (1991). A “desmarcação” das terras Uru-Eu-Wau-Wau. In C. A. Ricardo (Ed.), *Povos indígenas no Brasil: 1987/88/89/90* (pp. 535–538). CEDI.
- Lévi-Strauss, C. (1993). *Antropologia estrutural II*. Tempo Brasileiro.
- Lima, L. B. da S., & Feitosa, M. L. P. A. (2024). Desigualdade de gênero no Brasil: Desafios atuais à luz da abordagem seniana de desenvolvimento como liberdade. *Revista Digital Constituição e Garantia de Direitos*, 16(1). <https://doi.org/10.21680/1982-310X.2023v16n1ID35742>
- Malinowski, B. (1978). Argonautas do Pacífico ocidental: Um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia (A. P. Carr & L. A. C. Mendonça, Trans.; 2. ed.). Abril Cultural.
- Merchant, C. (2023). *La muerte de la naturaleza* (M. A. M. Escayol & R. Ciannella, Trans.). Siglo Veintiuno Editores.
- Minayo, M. C. de S. (2009a). O desafio da pesquisa social. In S. F. Deslandes, R. Gomes, & M. C. de S. Minayo (Orgs.), *Pesquisa social: Teoria, método e criatividade* (28. ed., pp. 9–29). Vozes.
- Minayo, M. C. de S. (2009b). Trabalho de campo: Contexto de observação, interação e descoberta. In S. F. Deslandes, R. Gomes, & M. C. de S. Minayo (Orgs.), *Pesquisa social: Teoria, método e criatividade* (28. ed., pp. 61–77). Vozes.
- Ministério da Saúde. (n.d.). *Bolsa Família*. <https://bfa.saude.gov.br/>
- Mittermeier, R. A., Fonseca, G. A. B. da, Rylands, A. B., & Brandon, K. (2005). A brief history of biodiversity conservation in Brazil. *Conservation Biology*, 19(3), 601–607. <https://doi.org/10.1111/j.1523-1739.2005.00709.x>
- OpenAI. (2025). *ChatGPT* (Version 4) [Large language model]. <https://platform.openai.com/models/chatgpt>
- Phillips, M., & Rumens, N. (Eds.). (2015). *Contemporary perspectives on ecofeminism*. Routledge.
- Pinto, R. H. de A. (2015). Sobreposição entre terras indígenas e unidades de conservação. *RESPGE*, 6(1), 137–164.
- Puleo, A. H. (2019). *Claves ecofeministas: Para rebeldes que aman a la Tierra y a los animales*. Plaza y Valdés.
- Ribeiro, D. (2017). *O que é lugar de fala?* Letramento.
- Rose, G. (1993). *Feminism and geography: The limits of geographical knowledge*. University of Minnesota Press.
- Santos, A. O., & Olivieri, C. (2017). Narrativas coloniales de la historia ambiental: Un balance hacia la decolonialidad como nueva epistemología. *HALAC – Historia Ambiental, Latinoamericana y Caribeña*, 7(2), 32–64.
- Saraiva, S. N., & Silva, M. G. S. N. (2025). *Gênero e poder: A territorialidade da pesca feminina na Amazônia*. Terra Livre, 40(64), 180–202
- Secchi, L. (2011). *Políticas públicas: Conceitos, esquemas de análise, casos práticos*. Cengage Learning.
- Shiva, V. (2024). *Terra viva: Minha vida em uma biodiversidade de movimentos*. Boitempo.
- Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade. (2025). *Sistema do ICMBio que regula as autorizações de pesquisa em unidades de conservação (Sisbio)*. <https://www.gov.br/icmbio/pt-br/servicos/servicos-do-icmbio-no-gov.br/autorizacoes/pesquisa-nas-ucs-sisbio>
- Spradley, J. P. (1980). *Participant observation*. Harcourt Brace Jovanovich.
- Torres, M. (2009). O ecofeminismo: “Um termo novo para um saber antigo”. *Terceira Margem*, 13(20), 157–175. <https://doi.org/10.55702/3m.v13i20.11043>
- Valentine, G. (1989). The geography of women’s fear. *Area*, 21(4), 385–390. <https://www.jstor.org/stable/20000063>
- Vergès, F. (2020). *Um feminismo decolonial*. Ubu Editora.